

## 5. Considerações metodológicas

*“The archaeological record is an infinity in terms of the things that may be done with it and in terms of how it may be perceived. Which measurements are to be made? Are some aspects of an artefact to be disregarded in coming to an understanding? How is justice to be done to the empirical richness of the past?”*

Shanks e Hodder, 1995, p. 11

## 5. 1. A prospecção

---

Atendendo à referida magreza da informação publicada sobre o povoamento Neolítico e Calcolítico da região da serra d'Ossa, dei prioridade a um projecto intensivo de prospecções arqueológicas que, tendo em conta o tipo de vestígios que me interessava registar, teve que assentar essencialmente em métodos de prospecção de superfície.

A observação da fotografia aérea e da cartografia antiga, a análise toponímica, a própria recolha de informação oral, revelaram-se técnicas pouco eficazes para a detecção de povoados pré-históricos, quase sempre muito discretos em termos de evidência artefactual e, sobretudo, de inscrição na paisagem actual.

Uma primeira fase do projecto arrancou em 1986, integrada num programa mais vasto de Carta Arqueológica da Serra d'Ossa (CASO), promovido pelo Grupo de Estudos da Serra d'Ossa (GEO), que fundei e no qual me coube dinamizar e orientar os trabalhos na área da arqueologia.

Em 1992, iniciei, paralelamente, com o apoio da Câmara Municipal de Alandroal, um projecto de Carta Arqueológica concelhia, cujos resultados, entretanto publicados, foram também parcialmente incluídos neste trabalho (Calado, 1993a).

Em termos metodológicos, a primeira opção de fundo que se colocou desde muito cedo, foi realmente quanto ao carácter selectivo ou sistemático das prospecções de superfície.

Excluída, por razões logísticas facilmente compreensíveis, a possibilidade efectiva de prospectar integralmente um espaço tão amplo (cerca de 2000 km<sup>2</sup>), a questão resumia-se, em última análise, à adopção ou não de métodos de amostragem probabilística, considerados por muitos autores como os únicos apropriados a uma investigação arqueológica “científica” (Clarke, 1973, p. 16; Mills, 1987, p. 121; Schadla-Hall e Shennan, 1980, p. 87), pelo menos quando não possa ser efectuada “cobertura intensiva de toda a superfície em estudo” (Hurtado, 1991, p. 254).

No entanto, a utilização de métodos de amostragem em larga escala mostrou-se desaconselhável, considerando, em primeiro lugar, a diversidade das paisagens e as formas de utilização do solo, na área de estudo. Tive oportunidade, na prática, de me aperceber de algumas contrariedades, no decurso de um projecto, em cuja primeira campanha colaborei e em que foram feitos alguns ensaios adaptados à realidade paisagística do Alentejo Central (Burgess, 1987).

F. Djindjain, reconhecido especialista na utilização de métodos quantitativos em arqueologia, num balanço relativamente recente, fala mesmo do “fracasso da amostragem probabilística para a prospecção regional.” (Djindjain, 1991, p. 26)

Torna-se evidente que, para além de todas as limitações e dificuldades bem conhecidas, no que respeita ao controlo das variáveis e, conseqüentemente, à validade dos resultados obtidos (Gardin, 1991, p. VI), a prospecção por amostragem condiciona necessariamente, à partida, a delimitação da própria área de estudo.

O tipo de utilização do solo, por exemplo, passa a ser determinante na viabilidade do método, nomeadamente porque dele depende a visibilidade dos terrenos, contrariando muitas vezes os critérios geográficos — geralmente geológicos (Hall, 1986, p. 40) — em que a amostragem se pode e deve basear.

Na prática, isto implica que é impossível, excepto em áreas restritas que apresentem as condições ideais, fazer coincidir a amostra seleccionada com áreas efectiva e homogeneamente prospectáveis.

A selecção da amostra, um dos passos mais melindrosos deste método, faz-se, habitualmente, subdividindo a área de estudo em estratos teoricamente homogéneos (Binford, 1964; Mills, 1987, p. 123) e, dentro destes, seleccionando, aleatoriamente ou regularmente distribuída no terreno, uma percentagem previamente definida; os dados obtidos serão, finalmente, extrapolados para cada estrato e, logo, para o conjunto da área.

A validade desta extrapolação depende, entre muitos outros aspectos, de uma “legibilidade” mais ou menos homogénea das várias unidades que constituem a amostra de cada estrato (Enríquez, 1990, p. 24, 25; Lillios, 1991, p. 86; Schadla-Hall e Shennan, 1980, p. 100) o que, na verdade, é um desiderato de muito difícil concretização. A própria comparação dos resultados obtidos com outros provenientes de áreas distintas, um dos objectivos da prospecção sistemática, está evidentemente enviesada pelas diferentes condições de legibilidade do solo.

Mesmo nos casos em que este problema seja satisfatoriamente resolvido, a pertinência dos resultados assenta na suposta regularidade da distribuição dos próprios vestígios arqueológicos, sendo que, por exemplo, a distribuição dos sítios excepcionais aparece sempre distorcida (por defeito ou por excesso) (Burgess, 1987, p. 37; Djindjain, 1991, p. 27; Schadla-Hall e Shennan, 1980, p. 95).

Também contou significativamente na minha opção, a relação desproporcionada entre os meios técnicos e humanos necessários e os resultados efectivos alcançáveis. O controlo da multidão de variáveis implicadas no processo torna-se extremamente oneroso; segundo Djindjain, “o método, para ser eficaz, exige quase tanta informação como a que se procura como objectivo da prospecção” (Djindjain, 1991, p. 28).

Por outro lado, a correcta aplicação da amostragem probabilística obriga a que se invista na prospecção de territórios sem nenhum, ou com escasso potencial arqueológico, como são as encostas muito declivosas, os terrenos muito pedregosos, as baixas deficientemente drenadas, etc., com a mesma intensidade que se investe nas áreas com elevado potencial arqueológico.

Do ponto de vista da defesa do património, com incidências importantes no plano científico, torna-se premente identificar e registar o maior número de sítios, no prazo mais curto possível, optimizando os recursos humanos e técnicos.

Como se sabe, a principal vantagem dos métodos de amostragem consiste em avaliar, com o mínimo de distorção possível, a realidade arqueológica “potencial” numa dada porção de espaço. Porém, na óptica que atrás defini, o valor dessa informação é muito reduzido. Se prospectarmos 25% de uma área e encontrarmos 10 povoados pré-históricos, em condições ideais, isso significa que, nessa área, haverá provavelmente mais 30 povoados dos quais, infelizmente, desconhecemos a localização.

É preciso não esquecer os factores humanos, entre as variáveis mais dificilmente quantificáveis, nomeadamente a competência diferencial entre os elementos de uma equipa de prospectores (Mills, 1987, p. 125; San Miguel, 1992, p. 43), a qual oscila também em função do tipo de vestígios. Para além destas diferenças, é claro que a competência individual é incrementada pelo próprio desenrolar dos trabalhos, podendo ser muito diversa, no início ou no fim da intervenção numa dada área concreta.

Desse ponto de vista, parece-me importante sublinhar que a eficácia de qualquer método de prospecção assenta, antes de mais, na preparação e na experiência dos prospectores, traduzidas num bom conhecimento das diversas realidades arqueológicas (materiais,

estruturas, implantações, etc.) e ambientais (sedimentológicas, geológicas, agrícolas, etc.), assim como na familiaridade com o “ruído de fundo”, em particular no que diz respeito às especificidades regionais.

Mais do que na escavação, a prospecção de superfície, mesmo nos casos em que o trabalho de equipa se organiza numa malha mais “apertada” (prospecção “em pente”, por exemplo), é sempre um trabalho individual, dependente da capacidade de observação e interpretação da paisagem de cada um dos intervenientes. Neste trabalho, creio que beneficiei particularmente da experiência colhida, nos últimos anos, nas prospecções que efectuei, com alguns resultados, noutras áreas do Alentejo Central, nomeadamente na área de Portel-Vidigueira (Gonçalves e Calado, no prelo; Gonçalves, 1989, p. 372-383), no concelho de Reguengos (Gonçalves, Calado e Rocha, 1993), no concelho de Évora (Calado, 1993a; Calado e Sarantopoulos, 1996) e ainda, pontualmente, no Algarve Oriental (Gonçalves, Arruda e Calado, no prelo).

Em 1993/94 levei a cabo, no concelho do Alandroal, uma campanha de prospecções sistemáticas, integrando os alunos e o monitor de um Curso de Arqueologia de Campo, em três áreas bem delimitadas em função de aspectos geográficos e arqueológicos, nomeadamente junto ao Monte do Charqueirão (junto da margem direita do Guadiana), na área envolvente do povoado da Perdigoa (uma área compreendida entre os cursos inferiores das ribeiras da Asseca e de Pardais) e, por último, no contexto imediato das antas do Lucas (curso médio do Lucefece) (Calado, 1993a, p. 58, 1994). Em todos os casos, prospectaram-se integralmente as áreas definidas, com intensidades distintas, utilizando como balizas dos trabalhos de campo, aspectos referenciáveis tanto cartograficamente como na paisagem actual (Burgess, 1987).

Procurou-se, no primeiro caso, uma melhor caracterização da distribuição dos artefactos macrolíticos e respectivas associações, com base numa recolha integral dos materiais e na sua subsequente implantação cartográfica (Figs. 5-7).

No segundo caso, o objectivo fundamental foi o enquadramento arqueológico do povoado calcolítico da Perdigoa, cuja proximidade em relação ao Guadiana e cuja riqueza, em termos artefactuais, lhe dão uma posição de destaque, no contexto do povoamento calcolítico regional.

Finalmente, no caso da necrópole megalítica do Monte do Lucas, procurou-se, através da batida bastante exaustiva do território afectado, definir o modelo de povoamento relacionável com aquele conjunto de monumentos funerários, cuja dispersão, confinada a uma área muito restrita, facilitava uma abordagem “fina”, em termos de prospecção de superfície.

Com alunos da Variante de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, efectuei também, no Verão de 1994, uma campanha, envolvendo prospecção selectiva e prospecção sistemática, numa área com cerca de 3 km de raio, centrada no Cromeleque de Vale de Maria do Meio, Évora (Calado e Sarantopoulos, 1996). O objectivo foi o aprofundamento da eventual relação entre o megalitismo não funerário e o povoamento neolítico, que eu tinha anteriormente identificado, em prospecção selectiva, nos arredores de Évora (Calado, 1993b), em contraponto com a escassez de ambos na região da serra d’Ossa.

Todas estas acções tiveram como finalidade, em primeiro lugar, contribuir para uma melhor compreensão de problemas arqueológicos concretos, formulados com base na análise dos dados anteriormente reunidos mas, simultaneamente, testar a aplicabilidade e a eficácia de diversos métodos de prospecção sistemática na região. No capítulo 7 apresentarei, resumidamente, os resultados obtidos no Monte do Charqueirão, com alguns comentários específicos sobre a metodologia utilizada e o respectivo alcance.

Para além destes casos pontuais, a grande maioria dos sítios e achados avulsos inéditos apresentados neste trabalho, resultam de prospecções selectivas e, na maior parte dos

casos, efectuadas por prospectores individuais; de facto, o maior número foi identificado por mim próprio, sendo os restantes o resultado da intervenção de prospectores a quem dei formação e coordenei.

Na selecção das áreas a prospectar excluíram-se, logo à partida, aquelas em que o tipo de cobertura do solo inviabilizava a detecção de materiais de superfície. Efectivamente, algumas mantiveram-se inabordáveis de um modo permanente, enquanto, na maior parte, a prospectabilidade melhorou em determinadas alturas do ano, relacionadas com o ritmo das actividades agrícolas, com o declínio e o crescimento da vegetação, com aspectos meteorológicos, etc., embora com condições de visibilidade do solo muito diferenciadas.

De um modo geral, aparte os condicionalismos acima enunciados, privilegiaram-se os locais em que o maior número de factores positivos de implantação, como a água, os solos agrícolas, a defensabilidade ou acessibilidade, a transitabilidade, os recursos minerais, a exposição solar, etc., se encontrava reunido (Djindjain, 1991, p. 25; Hall, 1986, p. 40).

Esta selecção desenhou-se de modos distintos, em função das realidades paisagísticas de cada área. Nos terrenos mais acidentados, entre os quais se destaca o maciço da serra d'Ossa, o Maciço Calcário de Estremoz e as bacias da Asseca, Pardais e Províncias, foram efectuados trajectos ao longo das cristas principais e inspeccionados, sempre que acessíveis, os cabeços com melhores condições naturais de defesa, as rechãs e os patamares; as vertentes mais declivosas ou o fundo dos barrancos foram apenas marginalmente prospectados, uma vez que, as primeiras não apresentam condições suficientes de habitabilidade, e, nos segundos, os eventuais sítios arqueológicos tendem naturalmente a ser ocultos por fenómenos pós-deposicionais.

Numa primeira fase, foram particularmente aprofundadas as zonas mais próximas dos cursos de água e das nascentes, das boas manchas de solos férteis, das principais linhas de fecho, das portelas e das áreas com mineralizações de cobre.

Nos terrenos de relevo mais indiferenciado, alguns com um potencial arqueológico difuso, a prospecção foi feita por passagens em várias direcções, habitualmente em função de aspectos logísticos, como os acessos e a transitabilidade, mas privilegiando, sempre que possível, a proximidade dos factores de implantação acima enunciados.

A análise paisagística directa, em função da vegetação actual, da eventual existência de afloramentos, taludes, etc. permitiu, nalguns casos, seleccionar trajectos em áreas onde, cartograficamente, nada permitiria essa selecção. Também a existência de monumentos megalíticos ou de achados isolados nalgumas paisagens mais abertas, ajudou a balizar as prospecções. As próprias tentativas (algumas delas falhadas) de relocalização das antas publicadas, reunidas nos trabalhos dos Leisner, com cartografia na escala 1:100 000, implicaram indirectamente um bom reconhecimento das principais "paisagens megalíticas" (Leisner e Leisner, 1951, p. 14) da região.

Deste modo, foi possível criar uma primeira base de dados, cuja distribuição irregular permitiu, fundamentalmente, equacionar, com uma certa aproximação, o potencial arqueológico das distintas Unidades Fisiográficas.

Em cada uma destas áreas, fizeram-se seguidamente prospecções em locais hipoteticamente menos apropriados, de modo a apertar a rede de povoamento pré-histórico identificada, assim como a de áreas prospectadas, cujo registo foi sendo igualmente efectuado.

Consciente da necessidade de corrigir as deformações provocadas pelo carácter selectivo do método seguido, procurei, de uma forma bastante sistemática, testar aleatoriamente, embora sempre limitado pela visibilidade do solo e pela acessibilidade, as áreas que, à partida, se prefiguravam como menos prometedoras.

A verificação de certas regularidades não contempladas nas hipóteses iniciais, permitiu entretanto seleccionar outros aspectos paisagísticos que podem ter sido determinantes como factores de implantação; foi este o caso, por exemplo, dos afloramentos rochosos muito destacados na paisagem.

O inquérito dirigido a certos elementos da população rural, se bem que, como afirmei, pouco rentável no que respeita à localização dos povoados pré-históricos, produziu alguns resultados positivos, na descoberta de novos monumentos megalíticos; permitiu-me, ainda, recolher microtopónimos e lendas com possíveis implicações arqueológicas, nalguns casos confirmadas, e registar um número significativo de estações proto-históricas, romanas e medievais.

Em síntese, a metodologia adoptada privilegiou, a par de um conhecimento prévio e, tanto quanto possível, directo, da paisagem regional, uma permanente análise dos dados recolhidos e a contínua formulação de hipóteses envolvendo os padrões de povoamento e as subjacentes estratégias de implantação, na região da serra d'Ossa, desde os inícios da neolitização até aos finais do calcolítico.

Estas hipóteses foram sendo reestruturadas em confronto com os resultados e, de certo modo, continuamente testadas no terreno; a avaliação que apresento nos capítulos finais, ao nível da caracterização do povoamento e da sua relação com o meio, representa, obviamente, um momento da investigação e a sua consistência depende dos resultados de futuros trabalhos, num processo de construção/demolição contínuo mas, felizmente, nalguns aspectos, cumulativo.

Afastei-me deliberadamente da tentação dos métodos de amostragem, ainda muito em moda; mesmo assim, considero que, de algum modo, os dados apresentados constituem uma amostra representativa da realidade do povoamento regional embora, como é fácil supôr, com distorções mais ou menos corrigíveis; na verdade, parece-me possível rastrear as principais tendências e linhas de força, apesar de a natureza dos dados não permitir projecções quantitativas.

## **5. 2. Descrição e classificação dos sítios inventariados**

---

Para o registo dos dados relativos aos sítios arqueológicos inventariados e aos respectivos materiais recolhidos, elaborei uma ficha de monumento/sítio informatizada (File-MakerPro, 2.0) em que foram reunidos os aspectos considerados mais significativos em termos espaciais e artefactuais.

Nesta base de dados foram apenas incluídos, de acordo com os objectivos específicos deste trabalho, os sítios localizados na região da serra d'Ossa.

Por outro lado, excluí do referido registo as sepulturas megalíticas, por se encontrarem, na sua maioria, publicadas e porque iriam sobrecarregar demasiado o *corpus* em análise. Esses monumentos foram apenas implantados na cartografia de conjunto, para efeitos da necessária comparação com a distribuição do povoamento e dos restantes vestígios.

Todos os sítios descritos naquela ficha, foram igualmente cartografados na Carta Corográfica de Portugal, cujas folhas foram divididas em quatro sectores e estes reduzidos a 50%. Por este processo, em cada sector aparece representada uma área equivalente a uma folha da Carta Militar de Portugal (1:25 000), sendo, evidentemente, a escala real de 1:100 000.

Junto a cada um desses extractos da Carta Corográfica apresenta-se um esquema que permite enquadrar cada sector no conjunto da área em apreço.

Na ficha de monumento/sítio, drasticamente comprimida, em relação à versão inicial, para efeitos de publicação, a designação foi atribuída, habitualmente, em função do topó-

nimo cartográfico mais próximo ou, nos casos em que este foi atempadamente conhecido, em função do eventual microtopónimo.

A cada sítio corresponde um número em sequência espacial, dentro de cada folha da Carta Militar de Portugal (CMP); no texto, para permitir uma consulta eficaz, inclui-se frequentemente, entre parêntesis, a seguir à designação do sítio, uma referência sintética, que inclui o número da folha da CMP, seguido do número de ordem respectivo, referência consultável na listagem alfabética do conjunto dos sítios.

Registei, no tipo, para além das pedras com covinhas e dos menires, os achados isolados e, sempre que se trata de mais do que uma peça, os achados dispersos. Classifiquei como povoados os sítios em que, em função da quantidade e do tipo de materiais recolhidos, ou do contexto geográfico e arqueológico, essa categoria pareceu a mais apropriada (Gonçalves, 1989a, p. 364).

É evidente que muitos dos conjuntos classificados como achados dispersos, ou mesmo alguns achados isolados, podem vir, em consequência da recolha futura de novos dados no terreno, a ser identificados como povoados, situação que, aliás, se deparou mais do que uma vez no decorrer dos trabalhos de campo.

A exclusão desses vestígios, com base nas dúvidas que a respectiva interpretação cronológica e funcional ainda suscita, não me pareceu a melhor solução. Apesar das limitações evidentes, trata-se, sem dúvida, de indícios cujo comportamento no registo arqueológico e cujo significado importa avaliar.

A cronologia dos achados, a partir de dados exclusivamente superficiais e frequentemente muito escassos, sendo fundamental, não deixa de se inscrever num campo muito resvalado em que o grau de incerteza é necessariamente elevado.

Para contornar os casos mais ambíguos, classifiquei como indeterminados os vestígios menos característicos, em que se incluem os percutores, as mós manuais, os seixos afeiçãoados ou as cerâmicas manuais atípicas, por exemplo. Trata-se de artefactos cuja dia-cronia se pode estender desde o Neolítico (ou talvez mesmo antes, no caso do “languedocense”) até à Idade do Bronze e que, em termos de interpretação, exigem um tratamento diferenciado.

Os restantes foram classificados, à partida, dentro de períodos amplos, para os quais apresento, no capítulo 9, algumas propostas de diferenciação cronológica: o Neolítico Antigo/Médio e o Neolítico Final/Calcolítico; foi determinante nesta atribuição a presença/ausência de testemunhos materiais característicos, como as cerâmicas impressas, as cerâmicas carenadas, os bordos espessados ou a cerâmica campaniforme, entre outros.

### **5. 3. Os materiais arqueológicos**

---

As prospecções de superfície incluíram a recolha selectiva de materiais arqueológicos, a maior parte dos quais constituída por cerâmicas; de facto, dos 287 sítios inventariados, em quase metade deles (142) se registou a ocorrência de cerâmica manual.

O elevado número de peças recuperadas tornou insustentável, no contexto do presente trabalho, uma análise exaustiva que, embora desejável, tampouco se enquadrava nos objectivos que tinham sido definidos à partida. Interessou-me fundamentalmente criar uma grelha analítica adequada aos dados e aos meios disponíveis, capaz de contribuir para uma problematização de alguns aspectos cronológicos e culturais da realidade arqueológica em estudo (Gonçalves, 1989a, p. 147; Jorge, 1986, p. 53).

### 5. 3. 1. *Recipientes cerâmicos*

Atendendo à abundância relativa de restos cerâmicos e à sua reconhecida importância no estudo da cultura material, particularmente no contexto das épocas aqui abordadas, optei por um tratamento relativamente mais pormenorizado deste tipo de artefactos em relação aos materiais líticos ou outros.

Os fragmentos de recipientes cerâmicos, sem bordo, carena, fundo, elementos de prensão ou motivos decorativos foram, no entanto, apenas recolhidos nos sítios onde não foi possível obter informação mais consistente, quer devido a uma real escassez de vestígios, quer devido a fenómenos pós-deposicionais ou ainda às más condições de visibilidade do solo.

O desenho das cerâmicas sem decoração reduziu-se, em geral, aos exemplares passíveis de reconstrução gráfica, isto é, àqueles em que pelo menos a orientação, mas, de preferência, também o diâmetro, foram considerados calculáveis. Por outro lado, as cerâmicas decoradas foram quase sistematicamente desenhadas, mesmo nos casos em que os fragmentos não permitiram qualquer reconstrução, em termos formais.

Quanto aos outros materiais, a escolha foi feita sobretudo entre os melhor conservados ou considerados mais significativos. No caso do conjunto languedocense do Monte do Charqueirão, onde se efectuou uma prospeção sistemática, com a planimetria da dispersão dos materiais, foi desenhada a quase totalidade dos artefactos; não foram desenhadas, porém, as peças atípicas ou de intencionalidade duvidosa.

As Estampas de desenho de materiais, arrumadas por sítios ou conjuntos de sítios, foram ainda agrupadas dentro das respectivas Unidades Fisiográficas, pela ordem em que apresentei cartograficamente essas Unidades (Estampa 107b).

A necessidade de introduzir critérios de análise homogêneos e, simultaneamente, capazes de discriminar algumas diferenças observadas empiricamente nos conjuntos estudados, aconselhou algumas reservas na utilização das propostas demasiado específicas, em termos cronológicos e culturais e demasiado redutoras, em termos tipológicos, que têm sido propostas.

Nesta perspectiva, a tipologia “clássica” para as cerâmicas do Calcolítico do Sudoeste (Silva e Soares, 1976/77), elaborada com base na evidência artefactual de cinco povoados do Baixo Alentejo e Algarve, foi tomada em consideração, como ponto de partida, assim como outros esforços de estudo sistemático destes materiais, surgidos nos últimos anos (Arribas e Molina, 1979; Enríquez Navascués, 1990; Fernández Gómez e Oliva, 1985; Gonçalves, 1989; Martín de la Cruz, 1985, 1990; Otero, 1986; Piñon, 1995; Ruiz Mata, 1975a).

O valor operativo da proposta dos investigadores do Museu de Setúbal, enquanto instrumento de análise da cultura material a que se aplica, parece indiscutível e a sua utilização, mais ou menos adaptada, por outros autores, traduz precisamente esse reconhecimento (Gonçalves, 1989a, p. 149; Soares, 1992, fig. 5).

Recordemos, para começar, que a amostra em que assentou (cinco povoados, apenas pontualmente estudados) era, à partida, bastante limitada se se pretendesse extrapolar os resultados para o conjunto do Baixo Alentejo e Algarve e, ainda mais, quando o universo em questão extravasasse desse âmbito geográfico.

Na prática, a aplicação dessa tipologia a outras áreas específicas, apesar de viável em linhas gerais, suscitou frequentemente algumas alterações, mais ou menos profundas, resultantes do confronto com realidades artefactuais diversas, considerando que se trata de uma tipologia fechada, decorrente da análise empírica de um repertório concreto.



Conscientes dessas limitações, os próprios proponentes vieram a adaptar, em trabalhos posteriores, a tipologia inicial, que passou de 10 formas para apenas 8, com alguns ajustes terminológicos em que, no entanto, se mantém ainda uma certa confusão (Silva e Soares, 1987, p. 51).

Os materiais que estudei permitem discordar, por exemplo, da aparente exclusividade das associações prato/bordo almendrado e taça/bordo com espessamento não almendrado (Silva e Soares, 1976/77, p. 183, 184), problema que os próprios autores anotaram, a propósito do espólio de Alcalar (Silva e Soares, 1976/77, p. 257) e que, em publicações mais recentes, procuraram ultrapassar (Silva e Soares, 1987, 1992). Com efeito, registaram-se, nos materiais da serra d'Ossa, embora minoritários dentro de cada grupo, claros exemplares de pratos de bordo espessado não almendrado e de taças de bordo almendrado, o que aliás, a fazer fé nos exemplares desenhados, também parece verificar-se esporadicamente nos materiais de outros povoados do Baixo Alentejo e Algarve em que aquela tipologia assentou (Silva e Soares, 1976-77, p. 196, fig. 8, n.º 11).

Na verdade, a mesma diversidade foi observada em Valencina de la Concepción (Fernández Gómez e Oliva, 1985, p. 88), em que se considerou, creio que com algum exagero, que as diversas formas dos bordos espessados se distribuía indistintamente pelos pratos e pelas taças, não sendo, além disso, propostos quaisquer critérios métricos para distinguir ambas as formas.

Num trabalho sobre a Bacia Média do Guadiana (Enríquez Navascués, 1990, p. 31, 323-325), em que a indefinição destas formas foi levada ao extremo, tanto os pratos como as taças foram classificados sob a designação de “pratos”, o que me parece uma forma demasiado niveladora de tornear o problema; note-se que, estranhamente, aquele autor propôs como limite superior para esta forma, o índice de profundidade 20, definido por C. T. Silva e J. Soares apenas para os pratos (Silva e Soares, 1976-77, p. 182, 183), uma vez que, na proposta destes autores, as taças alcançam frequentemente índices de profundidade superiores a 40. Nesse aspecto, Enríquez Navascués seguiu de perto a solução adoptada pelo escavador de La Pijotilla (Hurtado, 1984, p. 180), cuja tipologia engloba, no Tipo X, as formas denominadas indistintamente como “platos o fuentes”.

Numa outra tipologia, elaborada com base em materiais calcolíticos andaluzes, reúnem-se também pratos e taças sob o nome de “pratos”, conceito tão abrangente que, neste caso, engloba ainda as taças carenadas; porém, distinguem-se aqui subtipos definidos com base no índice de profundidade proposto por C. T. Silva e J. Soares (diâmetro superior ou inferior a 5 vezes a altura) (Otero, 1986, p. 403, 409).

A classificação avançada para os materiais do Alto Algarve Oriental (Gonçalves, 1988, p. 150, 151), seguiu, de algum modo, neste ponto, a proposta de Silva e Soares, particularmente no que respeita à divisão das formas abertas em pratos e taças; porém, o problema da vinculação forçada de ambas formas a tipos definidos de bordos espessados foi ultrapassado, uma vez que não se isolaram, de entre os bordos espessados, os bordos almendrados. Uma solução semelhante tinha sido adoptada por J. Otero (Otero, 1986, p. 409), autor que, no entanto, misturou as variáveis direcção e espessamento na classificação dos bordos.

Outro aspecto em que a tipologia elaborada por C. T. Silva e J. Soares se mostrou inadequada, diz respeito à utilização da variável tamanho, critério que, na versão inicial, serviu para diferenciar a forma 8 da forma 7 (Silva e Soares, 1976-77, p. 184) e que não foi aplicado a outras formas em que, de igual modo, se observam normalmente grandes diferenças métricas. A título de exemplo, repare-se que no estudo dos recipientes de Santa Justa e Corte de João Marques, se considerou também, para além do “pequeno esférico”, a “pequena taça” ou “taça de beber” (Gonçalves, 1989a, p. 150).

A aplicação do mesmo critério, mas de uma forma ainda mais abrangente, está na base da distinção, entre as cerâmicas do povoado sevilhano de Valencina, dos chamados “vasos de beber”, entre os quais parecem destacar-se as formas cilíndricas e de perfil em S (Fernández Gómez e Oliva, 1985, p. 101). Na Extremadura espanhola, por outro lado, classificaram-se, sob a designação de “vasos de paredes finas”, todas as formas com pastas e acabamentos muito cuidados e reduzidas dimensões e espessura, conjunto em que, pelo que consta, predominam as formas fechadas (Enríquez Navascués, 1990, p. 31, 328; Hurtado, 1984, p. 181, 182). Como parece óbvio, porém, os “vasos de paredes finas”, com diâmetros médios da ordem dos 10 cm, não se definem apenas em função do tamanho, uma vez que o tipo de acabamento e a espessura das paredes podem implicar a inclusão noutros grupos (Hurtado, 1984, p. 177).

Para além das referidas limitações, derivadas parcialmente da dimensão da amostra, note-se que, na tipologia de Silva e Soares, os critérios de hierarquização das variáveis para a classificação das formas cerâmicas não foram homogéneos (Djindjain, 1991, p. 7). Assim, por exemplo, algumas formas diferenciam-se em função dos índices de profundidade (formas 5, 7 e 9), outras em função da presença/ausência ou do tipo de espessamento do bordo (formas 1, 2 e 3; formas 9 e 10; formas 3 e 5) e outras do tamanho (formas 7 e 8), enquanto a forma 4 se individualiza apenas pelo facto de ser compósita.

Na organização do catálogo de formas que aqui apresento, inserido num ensaio de tipologia (Fig. 2-4), foi determinante um *handicap* que, em meu entender, não tem sido suficientemente valorizado: o facto de se trabalhar com material muito fragmentado, como sucede, por regra, com os conjuntos provenientes exclusivamente de recolhas superficiais ou mesmo de escavações em sítios de *habitat*, contextos que contrastam radicalmente com a realidade habitualmente observada nas necrópoles.

O resultado acaba por ser, com frequência, a definição de tipos cujas características não podem ser observadas na maioria das peças recolhidas; esta situação é flagrante, por exemplo, nas formas fechadas, em que, quer os índices de profundidade, quer os índices de abertura da boca (Silva e Soares, 1976-77, p. 182; Pavón, 1994, p. 69) só podem ser calculados nalguns casos raros, excepcionalmente conservados.

Do mesmo modo, todos os outros índices que assentam no cálculo dos diâmetros, me pareceram dificilmente aplicáveis a uma percentagem suficiente de peças, atendendo ao referido grau de fragmentação dos materiais de superfície e à factura irregular da generalidade dos mesmos.

Assim, por exemplo, a tipologia proposta por J. Otero (1985), que assentou numa selecção de peças inteiras ou integralmente reconstituíveis, para além de evidentes lacunas de carácter metodológico, parece-me de muito escassa utilidade quando aplicada a conjuntos artefactuais como aquele que me ocupa neste trabalho.

Torna-se, pois, necessário contribuir para a organização de uma tipologia que repouse fundamentalmente nos aspectos formais legíveis nos bordos ou nas carenas uma vez que, nos materiais de superfície, estes “apresentam mais variabilidade, qualificação e quantificação” (Nocete, 1989, p. 101).

Todos sentimos que a falta de uma tipologia universalmente aceite e suficientemente validada, tem inconvenientes incontornáveis, se se procura uma quantificação comparativa dos dados provenientes de sítios publicados por autores diferentes.

Como exemplo flagrante veja-se a tentativa de análise comparativa efectuada entre as cerâmicas calcolíticas de Valencina de la Concepción (Sevilha) e as que Martín de la Cruz estudou no povoado onubense de Papa Uvas (Martín e Miranda, 1988); foi necessário estabelecer equivalências, comprimindo as variantes registadas em grupos muito abrangentes

e mesmo assim dificilmente assimiláveis. De salientar que os próprios materiais de Valencina tinham sido descritos com base em duas tabelas tipológicas distintas (Ruiz, 1975 e 1983; Fernández Gómez e Oliva, 1985) e os de Papa Uvas com base numa terceira (Martín de la Cruz, 1985, 1990).

Dentro desta perspectiva, procurei organizar os recipientes cerâmicos num sistema aberto, com atributos hierarquizados em função da realidade observada e que seriam, naturalmente, distintos noutra contexto cultural ou cronológico; o resultado a que cheguei pretende, pois, ser apenas um contributo modesto no sentido da obtenção de instrumentos de análise mais adequados e, de modo algum, uma proposta alternativa acabada.

A possibilidade de manipulação de elevado número de dados, através dos meios informáticos actualmente acessíveis, permite ultrapassar, com grande vantagem, o esquema gráfico apresentado (Fig. 2-4), alargando o número de variáveis quantificadas.

Na selecção e articulação das variáveis, tive sempre presente a necessidade de poder comparar os materiais cerâmicos da região da serra d'Ossa com outros dados publicados com base nas diversas tipologias a que atrás fiz referência. Isto implicou que as formas, tipos e variantes discriminados nessas tabelas tipológicas pudessem corresponder, tanto quanto possível, àquelas que aqui foram consideradas.

Nas análises comparativas, foram considerados os recipientes cerâmicos dos principais povoados do Neolítico Final-Calcolítico, com base nas mais recentes formulações da proposta tipológica de C. T. Silva e J. Soares (Silva e Soares, 1987; Soares e Silva, 1992; Soares, 1992); a correspondência foi feita, utilizando os campos de cálculo do FileMaker Pro 2. o., considerando que, por exemplo, a Forma 1 é a soma dos Pratos A1, A2, A3, A4, A5, B1, B2, B3, B5, a Forma 2 é a soma de todas as restantes variantes de Pratos discriminadas (C1, C2, C3, C4, C5, C6, D1, D2, D3, D5, D6, E1, E2, E5, E6, F1, F2, F3, F5, F6, G1, H1, H2, H3, H4), ou que a Forma 8 engloba, por sua vez, as variantes com espessamento das Formas 3 e 4 (Vasos e Potes).

A selecção das variáveis foi feita de acordo com os critérios que, de uma forma muito desigual, serviram para a construção das diversas tabelas de formas e tipologias que tenho vindo a referir; essas variáveis foram hierarquizadas, neste caso, em função da forma geral, da morfologia do bordo (espessamento e direcção) e da morfologia do lábio; num trabalho recente (Araújo e Lejeune, 1995, p. 61), referente a materiais funerários, em que não se verificou o espessamento do bordo, usou-se, igualmente, a forma, a direcção do bordo e o aplanamento do lábio.

Nos casos considerados significativos, tendo em conta as tipologias disponíveis e os materiais em análise neste estudo, considere subdivisões no que diz respeito à posição do espessamento (Gonçalves, 1989a, p. 150, 151; Otero, 1985, p. 409) ou à largura do lábio (Ruiz Mata, 1975b, p. 129).

Quanto à forma, comecei por dividir os recipientes cerâmicos em dois grandes grupos: formas simples e formas compostas, seguindo de perto alguns trabalhos recentes, embora sobre contextos culturais algo diferentes (Jorge, 1986; Sanches, 1992, p. 90). No primeiro, podem enquadrar-se as formas baseadas em apenas um sólido de revolução (teoricamente, a esfera, o cone ou o cilindro), enquanto, no segundo grupo, a forma se baseia na associação de mais do que um daqueles sólidos (Ericson e Stickel, 1973, p. 358).

Efectivamente, as dificuldades de reconstrução da morfologia total da maioria dos recipientes, a partir de fragmentos de bordos, fez com que tivesse considerado as formas simples como baseadas exclusivamente na esfera, sem atender a deformações como o alongamento e o achatamento (que as tornaria eventualmente elipsoidais ou mesmo cilíndricas), ou a aspectos como o aplanamento ou a convexidade do fundo. Na verdade, a ausência de

fundos planos entre os materiais analisados concorre para a validade prática do critério seguido.

Do mesmo modo, nas formas compósitas, a componente inferior foi sempre considerada como uma porção (calote) da esfera, enquanto a superior foi exclusivamente classificada como troncocônica, troncocônica invertida ou cilíndrica, ambas separadas por uma carena. Não foram consideradas as deformações mais habituais que consistem no estrangulamento (hiperboloide) ou abaulamento (romboide) da parede acima da carena; essas variantes foram lidas, logicamente, como extroversão ou introversão dos bordos.

Neste grupo, considerei apenas as chamadas taças carenadas, embora alguns fragmentos de bordo extrovertido se aproximem do que poderíamos considerar formas de perfil em S; estas ocorrem, com alguma representatividade, apenas nos sítios em que aparecem também outros elementos atribuíveis já à Idade do Bronze.

Quer as formas simples, quer as formas compostas, se subdividem, em termos morfológicos, em abertas e fechadas (Balfet, 1983; Gonçalves, 1989a, p. 150), conforme o diâmetro da boca seja igual ou superior ao diâmetro máximo da pança ou da carena ou, pelo contrário, seja inferior.

No grupo das formas simples abertas, incluí os pratos (Forma 1) e as taças (Forma 2), cuja “fronteira” tem sido traçada, como atrás referi, em função do índice de profundidade 20 ( $I_p = \text{altura} : \text{diâmetro da boca} \times 100$ ), sendo, em meu entender, por razões lógicas, o índice 25 o mais adequado. Na prática, nos casos em que o referido índice não é calculável, utilizei antes o ângulo formado pelo bordo e parede do fragmento com o plano de abertura, considerando que até  $45^\circ$  se trata de pratos e de  $45^\circ$  a  $90^\circ$ , inclusive, se trata de taças (Fig. 1).

No caso das formas simples fechadas, vasos e potes, uma vez que é geralmente impossível, a partir da amostra disponível, calcular índices de profundidade, considerei o limiar lógico dos  $135^\circ$  para as distinguir, sendo os potes as peças mais fechadas.

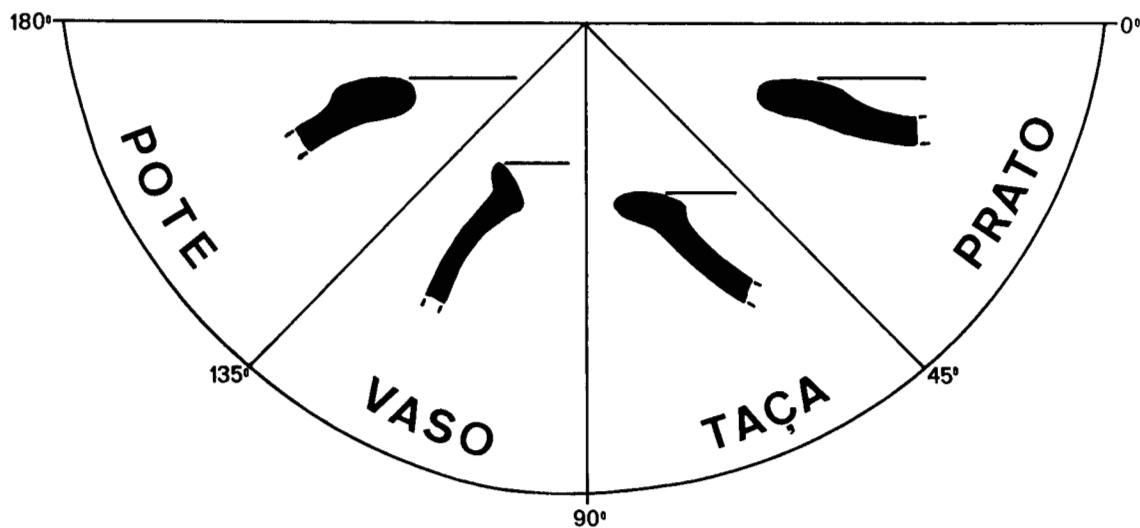


FIG. 1 – Esquema de classificação expedita das formas cerâmicas.

As denominações escolhidas, que reconheço pouco objectivas, inspiraram-se, no que diz respeito aos vasos, na propostas avançadas por Martín de la Cruz (1994, p. 28), ou por Enríquez Navascués (Enríquez Navascués, 1990, p. 31, 326). No entanto, em ambos estes autores, o conceito abarca também as peças muito fechadas, apesar de num deles, lhes ser atribuído um índice de profundidade entre 50 e 55 (Enríquez Navascués, 1990, p. 31); quanto aos potes, usei a denominação de Silva e Soares, 1976-77, alargando contudo esta categoria aos chamados globulares, uma vez que tratei o espessamento do bordo como uma variável dentro de cada forma.

No caso das taças carenadas, subdividi-as em abertas e fechadas, considerando abertas todas as que têm a parte superior troncocónica invertida ou cilíndrica e fechadas aquelas em que a parte superior é troncocónica.

Como já referi, as seis formas básicas atrás enunciadas, foram subdivididas tendo em conta o espessamento e a direcção do bordo, assim como a forma do lábio, opções exemplificadas pelas Figs. 2-4.

Dentro dos bordos sem espessamento incluí os bordos simples e os bordos adelgaçados e, no que diz respeito aos bordos espessados, adaptei as subdivisões em função dos grupos tradicionalmente considerados (reforçados e almendrados) e acrescentei o espessamento indiferenciado.

Convém recordar que a definição destes grupos é frequentemente muito complicada por formas intermédias que dificultam uma classificação objectiva, como aliás tem sido recorrentemente indicado (Enríquez Navascués, 1990, p. 197; Fernández Gómez e Oliva, 1985, p. 83; Shanks e Hodder, 1995, p. 9).

Os bordos adelgaçados, verificáveis, na prática, numa ampla gama de formas, são tradicionalmente integrados no grupo do bordos simples; porém, em casos pontuais, o adelgaçamento foi utilizado como elemento definidor de variantes (Hurtado, 1984, p. 177, 179, 180).

Classifiquei como reforçados, seguindo de perto, desta vez, a terminologia utilizada por Enríquez Navascués e por Ruiz Mata (Enríquez Navascués, 1990, p. 324; Ruiz Mata, 1975), os bordos cujo espessamento se desenvolve mais ou menos perpendicularmente à parede; os bordos almendrados, por outro lado, são aqueles em que o espessamento se desenvolve mais ou menos paralelamente à parede (Enríquez Navascués, 1990, p. 323).

Ambas as formas de espessamento se podem definir internamente, externamente ou interna e externamente (Gonçalves, 1988, p. 150) e, também em ambos os casos, foi considerada determinante a existência de uma ruptura do perfil, em que o espessamento forma um “degrau”, mais ou menos perceptível, com a parede (Fernández Gómez e Oliva, 1985, p. 86).

Nos exemplares, aliás pouco representativos numericamente, em que o espessamento não se destaca da parede, este foi classificado como indiferenciado. Na mesma categoria se inserem, por exemplo, os bordos espessados que alguns autores classificaram como “biselados” (espessamento indiferenciado, com bordo direito e lábio aplanado) e “levantados” ou “voltados para o interior” (espessamento indiferenciado, com bordo introvertido e lábio convexo) (Fernández Gómez e Oliva, 1985, p. 86; Hurtado, 1984).

No caso particular dos pratos de bordo almendrado, por se tratar de uma forma muito representativa nos espólios calcolíticos do Sudoeste, e particularmente no conjunto de materiais aqui estudados, subdividi-os ainda em função da largura do lábio. Esta dimensão foi, naturalmente, calculada entre os limites superiores das paredes externa e interna.

Com base nos diagramas de dispersão das larguras dos lábios dos bordos almendrados dos dois povoados em que em que eles se encontram melhor representados (Monte da

		FORMA 1 PRATOS								
Bordo introvertido	3									Lábio convexo
	4	BORDO SEM ESPESSEAMENTO			BORDO COM ESPESSEAMENTO					
Bordo extrovertido	5	BORDO SEM ESPESSEAMENTO		REFORÇADO	ALMENDRADO			INDIFERENCIADO		Lábio convexo
		simples	adelgado		interno	externo	interno/externo		interno/externo	
Bordo direito	1									Lábio convexo aplanado
	6									Lábio aplanado
	2	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>	<b>H</b>	
Bordo introvertido	3									Lábio convexo
	4									Lábio aplanado
Bordo extrovertido	5									Lábio convexo
	6									Lábio aplanado
		<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>	<b>H</b>	

## FORMA 2 TAÇAS

		BORDO SEM ESPESSEAMENTO		BORDO COM ESPESSEAMENTO						
		simples	adelgado	REFORÇADO			ALMENDRADO		INDIFERENCIADO	
				interno	externo	interno/externo	interno	interno/externo		
Bordo direito	1									Lábio convexo
	2									Lábio aplanado

FIG. 2 – Tabelas de tipos de bordos dos pratos e taças.

		FORMA 3 VASOS					
Bordo introvertido		BORDO SEM ESPESSEAMENTO		BORDO COM ESPESSEAMENTO			<i>convexo</i>
				REFORÇADO/ALMENDRADO		INDIFE-RENCIADO	
		simples	adelgado	externamente	internamente	externamente/ internamente	
	4						<i>Lábio aplanado</i>
Bordo extrovertido	5						<i>Lábio convexo</i>
	6						<i>Lábio convexo</i>
Bordo direito	2						<i>Lábio aplanado</i>
	3						<i>Lábio convexo</i>
Bordo introvertido	4						<i>Lábio aplanado</i>
	5						<i>Lábio convexo</i>
Bordo extrovertido	6						<i>Lábio aplanado</i>
		A	B	C	D	E	F

FORMA 4 POTES

		BORDO SEM ESPESSEAMENTO		BORDO COM ESPESSEAMENTO				
		simples	adelgado	externamente	internamente	externamente/ internamente	INDIFE-RENCIADO	
Bordo direito	1							<i>Lábio convexo</i>
	2							<i>Lábio aplanado</i>
	3							<i>Lábio</i>

FIG. 3 – Tabelas de tipos de bordos dos vasos e potes.

FORMA 5 **TAÇAS**  
CARENADAS ABERTAS

	BORDO SEM ESPESSAMENTO		BORDO COM ESPESSAMENTO			INDIFE- RENCIADO	
	simples	adelgado	REFORÇADO/ALMENDRADO				
			externamente	internamente	externamente/ internamente		
Bordo direito	1						<i>Lábio convexo</i>
	2						<i>Lábio aplanado</i>
Bordo introvertido	3						<i>Lábio convexo</i>
	4						<i>Lábio aplanado</i>
Bordo extrovertido	5						<i>Lábio convexo</i>
	6						<i>Lábio aplanado</i>
	A	B	C	D	E	F	

FORMA 6 **TAÇAS**  
CARENADAS FECHADAS

	BORDO SEM ESPESSAMENTO		BORDO COM ESPESSAMENTO			INDIFE- RENCIADO	
	simples	adelgado	REFORÇADO/ALMENDRADO				
			externamente	internamente	externamente/ internamente		
Bordo direito	1						<i>Lábio convexo</i>
	2						<i>Lábio aplanado</i>
Bordo introvertido	3						<i>Lábio convexo</i>
	4						<i>Lábio aplanado</i>
Bordo extrovertido	5						<i>Lábio convexo</i>
	6						<i>Lábio aplanado</i>
	A	B	C	D	E	F	

FIG. 4 – Tabelas de tipos de bordos das taças carenadas.



Ribeira e Salgada) considere os lábios largos aqueles cuja largura ultrapassa os 3,5 cm. Os lábios estreitos, por sua vez, são aqueles cuja largura é igual ou inferior à espessura do bordo, enquanto os restantes foram classificados como médios.

Quanto à direcção do bordo, considere os bordos direitos, introvertidos ou extrovertidos; no primeiro caso, quando não apresentam “mudança nítida de direcção relativamente à da parede do vaso”; nos restantes, quando se inclinam para o interior ou para o exterior, respectivamente, em relação à direcção da parede do vaso (Gonçalves, 1988, p. 148; Otero, 1985, p. 409; Silva e Soares, 1976-77, p. 184, nota 4). Na tipologia proposta por J. Otero, a direcção do bordo foi a variável seleccionada para determinar três das sete subvariantes de pratos, enquanto as restantes se definem em função do espessamento dos bordos, como se ambos os aspectos fossem mutuamente exclusivos, o que de facto não acontece.

No presente trabalho, os lábios foram classificados, de uma forma simplificada, em convexos ou aplanados, havendo, mais uma vez, formas intermédias cuja definição é sempre subjectiva.